

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NELSON ALOYSIO REIS DE ALMEIDA PASSOS

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEMOCRACIA
BRASILEIRA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018
À LUZ DE APORTES TEÓRICOS DA SOCIOLOGIA**

VITÓRIA
2019

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão do processo eleitoral democrático brasileiro a partir dos construtos teóricos durkheimianos e weberianos, recentemente trazidos para a aplicação do contexto da disputa presidencial de 2018 por Raquel Weiss (2019). Para tanto, refletiremos a princípio sobre as recentes mudanças na sociedade brasileira, com a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) para mobilizações sociais e governos democráticos, especialmente no Brasil de 2013 a 2018. Nesse período, nota-se uma escalada no surgimento de manifestações públicas por direitos humanos; justiça climática; mobilidade urbana; reforma agrária; igualdade social; entre outras demandas, observadas mundialmente. Na última década, novas formas de resistência e estratégias que utilizam as NTICs para organização e mobilização social foram notadamente empregadas por dissidentes em escala global, acrescentando e expandindo seus repertórios de ação. Enquanto isso, forças de comunicação tradicionais, como rádio, jornal e TV, começaram a competir com mídias online independentes, que cobriam eventos em tempo real a partir de diferentes perspectivas, oferecendo narrativas ou contra-narrativas distintas. Observa-se a força dessas novas redes de comunicação atuando em favor dos manifestantes, permitindo um maior grau de organização e borrando fronteiras territoriais. A quantidade de dados gerados por essas redes digitais cresceu exponencialmente, junto de técnicas de análise de rede e possibilidades de disseminação de notícias falsas em larga escala: estratégias de comunicação disruptivas foram observadas no Brasil e argumenta-se que tenham intensificado o dissenso e a polarização política, além de potencialmente influenciado o curso das eleições democráticas. As emoções do eleitorado serão aqui refletidas a partir da perspectiva sociológica de James Jasper, apoiado na aplicação de Raquel Weiss das categorias de *sagrado* e *profano* para a compreensão do rito eleitoral. Trata-se, portanto, de um esforço de se pensar as eleições brasileiras por aportes teóricos clássicos, e que deverá ser expandido e potencialmente aguçado para a sua compreensão, a fim também de se promover o diálogo com estes e demais autores.

Introdução

Este ensaio procura compreender a recente disputa presidencial brasileira de 2018 a partir da mobilização de categorias sociológicas dos teóricos clássicos, retomados por pesquisadores contemporâneos para a sua análise, a partir da elaboração de uma revisão teórica que se aplique para elucidar a democracia brasileira, conforme observada no contexto pós-eleições presidenciais de 2018.

Para além da influência dos veículos de mídia tradicional, nota-se, com a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação – a exemplo de mídias online (Mídia Ninja, The Intercept), redes sociais (Facebook, Twitter) e canais descentralizados de comunicação (Telegram, WhatsApp) – para a disseminação de conteúdo, a mobilização social e o engajamento cívico. Neste contexto, a apropriação da Internet se relaciona com a perda da centralidade das mobilizações sociais por organizações partidárias e a descentralização dos veículos tradicionais de comunicação na construção de narrativas e compreensão de símbolos ou categorias simbólicas que mediam as relações sociais.

Tendo em vistas a relevância das manifestações de 2013 na história política do país e seu forte caráter inovador quanto aos repertórios de ação coletiva, em especial pela apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), assim como pelo grande interesse dos estudiosos em compreender esse fenômeno, traremos num primeiro instante uma contextualização do sistema político brasileiro à luz da redemocratização; para então nos debruçarmos sobre as recentes mobilizações sociais da década de 2010 e suas relações com as novas tecnologias de informação e comunicação; para então refletirmos a sociedade e a democracia brasileira após as eleições presidenciais, à luz das perspectivas durkheimianas e weberianas, trazidas para o contexto brasileiro por Weiss et al (2010). Em seu decorrer, outros teóricos serão mobilizados para promover o debate e aprofundar a visão sobre os acontecimentos históricos numa perspectiva social mais aguçada do rito político democrático e de suas influências nas relações sociais.

O Brasil na modernidade

Para tratar a sociedade brasileira na contemporaneidade, isto é, pós-eleições democráticas de 2018, convém contextualizar como esta se desenvolveu no contexto da redemocratização e das gestões anteriores de governo, em especial para elucidar o contexto das mobilizações sociais de 2010, observadas mundialmente como um fenômeno de alcance global e de reivindicações confluentes.

Para Therborn (2011), as globalizações são fenômenos modernos que afetam a determinação das capacidades humanas, relacionados ao encadeamento global de fenômenos sociais multifacetados,

isto é, que perpassa várias dimensões sociais: fluxos transnacionais de bens e serviços; dinâmicas de mercado e de capital; condições de emprego e trabalho; intercâmbio populacional e processos migratórios multiétnicos; promoção do conhecimento, fluxo de ideias e multiculturalidade; além de outros aspectos, que propiciam mudanças de ordem política e econômica e afetam de diversos modos as relações sociais. Dentre estes, a corrupção, isto é, utilização abusiva do poder público em benefício privado, pode também ser pensada como um fenômeno global(izante), cujas causas e/ou efeitos por vezes se estendem ao mercado corporativo de âmbito internacional, como nas redes de extrativismo do setor primário, e que pode ser observada em diferentes níveis e sistemas políticos mundo afora.

No caso do Brasil, os fluxos de desenvolvimento capitalista globalizantes trouxeram consigo a acentuação das diferenças e das desigualdades sociais, em específico após a Segunda Guerra. No Brasil, isso significou a modernização de seus processos produtivos por meio de uma política econômica desenvolvimentista, o que elevou os seus índices de industrialização e de urbanização e acelerou a substituição de formas pretéritas de produção e de consumo por modos internacionalizados de produção de capital e de trabalho. Concomitante a estas mudanças, porém, nota-se que o intenso crescimento demográfico, associado à precariedade das condições de renda da população, caracterizou uma formação desordenada, excludente e segregacionista do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. A partir de 1970, vivencia um conjunto de crises relacionada às discrepâncias entre mudanças nas esferas econômicas e sociopolíticas do país, além da falta de ética e descaso na gestão pública. Essas refletiram num processo de involução das relações público-privado e incorporação subalterna dos segmentos empresariais e, principalmente, sociais presentes no país; que, por sua vez, induziu à falta de vínculos estruturados e enraizados em interesses coletivos de grupos ou classes sociais, capazes de se expressarem enquanto força política.

Neste ínterim, perpetuaram-se casos de corrupção e abuso do exercício do poder público em benefício privado, mesmo após a redemocratização brasileira, após a transição da ditadura civil-militar. Ressalta-se que a corrupção dos agentes políticos brasileiros é registrada desde o período colonial, perpassando a fase do império e perpetuando-se até os dias atuais, no período republicano (Habib, 1994). Observa-se, pois, como um problema que há muito tenta-se combater no sistema político brasileiro, que desencadeou reações públicas por parte de movimentos sociais, em especial na década de 1990, culminando no *impeachment* do então chefe do executivo Fernando Collor de Mello (PRN) por crime de responsabilidade, de grande cobertura midiática e demonstrações de apoio popular. Seu vice, Itamar Franco (PMDB), viria a assumir a posse do mandato presidencial, seguido por Fernando

Henrique Cardoso (PSDB) por dois exercícios consecutivos (1995-2002), encerrando a década e inaugurando o primeiro governo democrata do século XXI no Brasil.

Após três mandatos de governos de centro-direita, viria então a se eleger Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tornando-se presidente do país por dois mandatos (2003-2010) alinhados à centro-esquerda em um governo de coalizão social-democrata. Durante seu governo, apontam-se algumas manifestações estudantis, a favor de melhorias no sistema público de transporte e demandas na educação; Lula, porém, encerrou o exercício do cargo com 83% de aprovação¹ popular – um grande salto comparado a seus antecessores Fernando Henrique (26%) e Itamar Franco (41%) –, o que certamente contribuiu com a vitória seguinte de Dilma Rousseff (PT) nas urnas. A seguir, trataremos brevemente de sua gestão, imediatamente anterior às eleições democráticas de 2018.

Mobilizações sociais e NTICs

O governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, não foi tão fortuito quanto o de seu antecessor: a eclosão das Jornadas de Junho de 2013 – uma série de protestos ocorridos nacionalmente e de demandas diversas, incluindo manifestações públicas por direitos humanos; justiça climática; mobilidade urbana; reforma agrária; igualdade social; entre outras demandas, observadas mundialmente – foi potencializada a partir da utilização das redes sociais online por dissidentes, servindo como plataforma de debate e de reivindicação social. Embora, em seu cerne, a presidente não tenha sido alvo direto das reivindicações, em pouco tempo a insatisfação popular com sua gestão foi adicionada à coleção de pautas, e os veículos de comunicação tradicionais retrataram o alto número de protestos como insatisfação direta ao seu governo. Ao todo, vale notar que o número de manifestações ocorridas durante 2013 seria superior aos dois anos anteriores somados (2011 e 2012), assim como aos dois seguintes, conforme observado por Tatagiba e Galvão (2019).

Em 2014, estes protestos tomam forma contra a realização da Copa do Mundo, em movimentos como o ‘Não Vai Ter Copa’, que demandava p. ex. o investimento de recursos gastos na preparação do evento em outras áreas de importância social, em especial na saúde e educação públicas; neste interim, a então presidente Dilma Rousseff (PT) é reeleita com 51,6% dos votos válidos, tornando-se a disputa presidencial mais acirrada desde a eleição de 1989. A difusão e comoção das manifestações em todo país gerou uma multiplicidade de demandas políticas, normalmente focado em melhorias de serviços públicos, fim da impunidade e corrupção no país, propondo a reforma política, assim como a ampliação

1 "Lula encerra mandato com aprovação de 83%, afirma Ibope". Fonte: VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/lula-encerra-mandato-com-aprovacao-de-83-afirma-ibope/>>.

de direitos de minorias e posicionamentos contrários à copa, este ressaltado sobretudo com a abertura da copa das confederações no ano anterior. Já em 2015, as manifestações focam o impeachment da presidente: grupos oposicionistas mobilizam dissidentes através das redes sociais, apoiados por partidos de oposição como PSDB, DEM, PPS e SD, que convocam seus filiados para demonstrações públicas². Vários atos são observados nacionalmente, permanecendo recorrentes até o ano seguinte, com a apreciação do processo pelo Senado, outorgados à decisão pelo Supremo Tribunal Federal.

A partir de 2016, em especial com a posse da presidência pelo vice Michel Temer (MDB), as manifestações tomam o contexto de defesa da Operação Lava Jato, focando-se ainda na figura de Sergio Moro, juiz do processo contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Observa-se que o total de manifestações durante o ano aumenta em comparação aos dois anos anteriores, mas ainda não ultrapassa as jornadas de 2013. No ano seguinte, os protestos assumiram críticas à presidência de Michel Temer e contra a reforma da previdência e das leis trabalhistas, que propõe como projeto de governo; no dia 28 de abril de 2017, centrais sindicais aderem a uma greve geral em comemoração centenária, que recebe ampla cobertura internacional, mas é minimizada pelo governo e pelos veículos tradicionais de comunicação, segundo observado por Marco Antonio Teixeira³. Observa-se uma queda no total de manifestações comparado ao ano anterior.

Ademais, em 2018, outros atos públicos seriam observados, porém as novas eleições presidenciais demarcariam outras reivindicações. Destaca-se p. ex. a construção do movimento ‘Ele Não’: mais de dois milhões de mulheres mobilizadas contra o candidato Jair Bolsonaro (PSL) nas redes sociais, representantes de mais de 3% do eleitorado feminino⁴, reunindo-se em um grupo no Facebook, ‘Mulheres Unidas Contra Bolsonaro’, posteriormente comprometido pela ação de indivíduos contrários à mobilização⁵. Na convocação para atos públicos por mulheres, movimentos sociais, grupos feministas e diferentes partidos, foram observadas dinâmicas de ocupação das redes e da rua, inter relacionados e mutuamente inclusivos, capitais e demais cidades. Nota-se, ainda, que grupos de pessoas contrários à pauta mobilizaram também atos em torno do ‘Ele Sim’, que surgiu posteriormente impulsionado com a disseminação de conteúdo anti-oposicionista em redes de mobilização favoráveis ao candidato do PSL.

2 “Siglas de oposição dão suporte para protestos do dia 15”. Fonte: Estadão. Disponível em:

<<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,siglas-de-oposicao-dao-suporte-para-protestos-do-dia-15-imp-,1647647>>.

3 “Greve foi menor do que organizadores esperavam, mas maior do que governo gostaria”, diz cientista político.”Fonte: BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39756026>>.

4 “Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro”. Fonte: TSE. Disponível em:

<www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>.

5 “Após ser hackeado, grupo do Facebook contra Bolsonaro chega a 2,5 milhões de participantes”. Fonte: Estadão.

Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,apos-ser-hackeado-grupo-do-facebook-contra-bolsonaro-chega-a-2-5-milhoes-de-participantes,70002508030>>.

Segundo Marcos Abílio Pereira (2010), os impactos dos movimentos sociais nas sociedades democráticas propiciam estímulos na direção de transformações tanto dos sistemas políticos - com a ampliação de espaços de participação, agendas políticas, fontes de informação e de políticas públicas - quanto das relações sociais no interior da sociedade civil. Torna-se possível redefinir normas, valores, papéis, identidades e modos de interpretação de discursos presentes na esfera pública. Relacionado a isso, apresenta que as sociedades contemporâneas são baseadas no controle de informação e que a manutenção do sistema ocorre também nos âmbitos culturais e sociais, sendo necessária uma intervenção dos movimentos sociais nas relações sociais e simbólicas.

Na visão de Castells (2013), um aspecto importante nos estudos de movimentos sociais e internet ocorrida na última década é sua característica viral, ou seja, sua capacidade de comoção e de difusão de mensagens de mobilização, demonstrando que “um movimento pode nascer em toda parte; vir ou ouvir protestos inspira mobilizações, e desencadeia esperança” (p. 162). Nas redes, esta característica é potencializada e as forças antes aprisionadas e capturadas pela unificação e homogeneização das redes analógicas centralizadoras (televisão, rádio etc.) é liberada; formam-se comunidades de pessoas capazes de atuar conjuntamente mesmo que não se conheçam, constituindo-se em grupos que cooperam de modos inconcebíveis em outras épocas, por utilizarem-se de sistemas informáticos e de telecomunicações que lhes permitem se conectar com pessoas antes de difícil acesso, numa velocidade quase que instantânea.

Essa preocupação com a identificação de padrões de ação de movimentos sociais, conforme feito por Castells (2013), não é uma abordagem recente; ainda na década de 1970, Tilly inauguraria um conceito específico para tal fim, que denominou de “repertório de ação”, que mais tarde, após inúmeros ajustes teóricos, chamou de “repertório de confronto político”, este mais próximo a este projeto pela sua centralidade na explicação de formas de atuação de movimentos sociais em contextos de conflitos políticos. Ou seja, significa dizer que os movimentos sociais dispõem de um leque de formas de ação preexistente (sejam elas protestos em rua, petições, barricadas, etc.) e que possuem a capacidade de criação de repertórios inovadores, a depender de fatores conjecturais. É nesse sentido que, para Marcus Abílio Pereira (2015), a internet pode ser avaliada como um elemento crucial para o surgimento de novos repertórios de movimentos sociais na contemporaneidade, podendo estar associada tanto às ações em rua ou feita exclusivamente de forma online.

Para Angela Alonso (2009), os novos formatos tomados pelos movimentos sociais do século XXI obrigam aos estudiosos do campo a remodelarem teorias, sobretudo de modo a ampliar as

explicações sobre o caráter simbólico e a dimensão global do ativismo contemporâneo. De modo geral, este pode ser pensado como um repertório (Alonso, 2012) associado a um processo histórico cumulativo e adequado às necessidades, oportunidades e ameaças aos movimentos sociais. Com a apropriação das redes sociais online e demais NTICs como plataformas de mobilização social, uma mudança criativa se faz possível, aumentando as chances de interação entre múltiplos atores e contribuindo com novas possibilidades de ação no repertório do ativismo político; ou seja, trata-se de um elemento que corrobora o surgimento de novos modos de ação e estratégia de movimentos sociais na contemporaneidade, podendo estar associada tanto às ações em rua quanto a demais formas de ativismo digital. A ação coletiva, hoje geradora de vestígios digitais, adquire novos modos de atuação para engajamento político, numa plataforma descentralizada e horizontal que, com a exceção de sua própria estrutura física, desconhece barreiras territoriais.

Em meio a estas novas dinâmicas de apropriação das NTICs, investigações recentes no Brasil⁶ alertam para a influência de estratégias de disseminação online de informação por meio de páginas e perfis falsos. Segundo aponta Machado (2018), o discurso político nas redes sociais no Brasil durante as eleições foi extremamente partidário, no qual Bolsonaro dominava as conversações na rede social online Twitter, ainda que contas que repertiam conteúdo favorável a Haddad ou Lula demonstrassem maior frequência de publicação; e enquanto apoiadores de Bolsonaro compartilhavam um maior número de notícias falsas, foram apoiadores de Lula e Haddad os responsáveis pelo maior número de compartilhamentos, mas atingindo públicos distintos e de menor número. No entanto, o que se ressalta nessas relações compartilhadas era a efervescência das discussões, de tom emocional agravado, e que por vezes resultava no rompimento de laços estabelecidos há muito tempo, por conta de diferenças ideológicas ou partidárias. Para se compreender estes aspectos, apoiaremos-nos numa compreensão moral e cognitiva contemporânea exposta a seguir à luz da reflexão de Jasper (2010, 2011) sobre a dicotomia razão *versus* emoção no pensamento social moderno, da concepção de sociedade do espetáculo de Guy Debord (Weiss et al, 2018), e da sociologia de Durkheim e da teoria da ação de Weber (ibidem), num esforço para a compreensão da influência das emoções no voto eleitoral.

Espetáculo e pungência emocional

Ao aproximar as pessoas num ambiente de maior anonimato, p.ex. a internet ou as redes sociais online, estimulam-se diferentes formas de protestos, especialmente motins e outros tipos de ação de

6 "Facebook derruba rede de fake news usada pelo MBL". Fonte: O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/facebook-derruba-rede-de-fake-news-usada-pelo-mbl-22917346>>.

massa, como observa Jasper (2011, p. 37). Para o autor, “o raciocínio é uma operação dos indivíduos que envolve uma operação lógica e racional (e uma ‘pungência’ emocional)” (ibidem); mesmo a frieza, portanto, se trata de um estado emocional, ou ainda, de uma dinâmica racional-emocional que pode assumir tonalidades únicas ao sujeito: mistos de emoções que compõem um instante vivido em sua dimensão subjetiva. Ao criticar o uso de teorias gerais (macro) para se deduzir os mecanismos e processos da ação individual e coletiva, procura questionar a dicotomia entre razão e emoção, argumentando que as emoções podem, elas mesmas, ser consideradas uma forma de racionalidade, um modo de pensar: “Muito do nosso ‘pensar’ opera automaticamente pelos nossos corpos em vez de por uma consciência situacional.” (2010, p. 973).

Para Jasper (ibidem), tentar compreender cenários ricos em detalhes como os fenômenos de ordem político-social – entendidos como fatos sociais numa visão durkheimiana – numa perspectiva *top down* nos leva a um reducionismo forçado nas interpretações dos modos de ação, indicando que seriam determinadas exclusivamente pela estrutura ou contexto em que ocorrem. Como consequência, retira-se a autonomia dos indivíduos, assim como a sua subjetividade e dimensão vivida; é necessário, pois, um esforço metodológico consciente, isto é, de não se deixar o método orientar sem ressalvas a visão teórica da pesquisa, mas operá-los de modo que ambos sejam acrescidos aos achados do outro.

Considerando-se essa reflexão e o cenário da disputa presidencial de 2018, em especial o segundo turno, a escolha por um candidato em detrimento de outro se deu, entre outros aspectos, pelas convicções prévias e condições de acesso à informação de um cidadão; porém, os mesmos objetos ou influências o afetam de maneiras distintas, uma vez que há um dissenso quanto a essas categorias, expresso na ação do voto individual. Uma vez que as forças tradicionais de comunicação – televisão e rádio – proporcionavam um parâmetro centralizador para a produção de um consenso sobre a realidade social, que não se encontrou mais tão forte com a expansão dos meios baseados na internet, pode-se arguir que a difusão de novos meios de comunicação e de informação descentralizados, como os observados durante as mobilizações sociais no decorrer da década, tenham aguçado ainda mais a disparidade dessas representações e de suas respectivas categorias durante a disputa eleitoral.

Trata-se, portanto, numa visão paralela à de Guy Debord (2002) sobre a sociedade midiaticizada do espetáculo, de compreender a apropriação da internet também pelas organizações político-econômicas que inicialmente situavam-se às margens desses canais virtuais de mediação social. Como apontado por Weiss: “o espetáculo, portanto, não pode ser compreendido apenas como um engodo visual produzido pela tecnologia midiática, mas precisa ser analisado como uma visão de mundo

materializada, permeadas por seus próprios valores morais e *relações de poder inerentes*” (Weiss et al, p. 309, grifo próprio). Deste modo, a autora observa a disseminação de desinformação e propaganda ideológica por meio de notícias falsas ou da veiculação de informações polarizadas e tendenciosas, além da proliferação de “uma retórica extremista, de uma antagonização de pontos de vista e de opiniões que transitavam entre a intransigência e o discurso de ódio” (ibidem).

Para Mihailidis e Viotty (2016), na era da internet, o espetáculo midiático tornou-se um fenômeno mais difuso, imprevisível, variável e contestável. E mais: os autores notam como os fenômenos midiáticos digitais, como em comunidades formadas em redes sociais online e mensageiros instantâneos, é possível formar grupos de pessoas com pensamentos e opiniões semelhantes – por aspectos ideológicos, emocionais, econômicos e psicológicos – e influenciar uma narrativa espetacular por meio de pouca – ou nenhuma – interação com as mídias tradicionais. Trata-se de um público descrente nos veículos tradicionais de jornalismo, cada vez mais polarizado, que passa uma quantidade crescente de tempo em comunidades expostos a material de pouca verificabilidade e passíveis de serem expulsos caso manifestem opiniões contrárias à maioria.

Neste novo contexto, torna-se cada vez mais difícil estabelecer filtros para a validação empírica das informações que circulam nos meios digitais; o que propicia a apropriação do espaço compartilhado por grandes massas de usuários, fortalecidos pela atuação de perfis automatizados na republicação de conteúdo e conexão com outros pares. Isso porque, ainda segundo Mihailidis e Viotty (2016), é necessário um espaço de significado compartilhado para a reprodução do espetáculo, como as infraestruturas virtuais da internet – as redes se apresentam então como “a possibilidade de manipulação profissional e planejada de esferas que supostamente operam de forma espontânea e baseada na escolha dos sujeitos” (Weiss et al, p. 310); a partir da formação de comunidades baseadas em afinidades e intolerantes à diferença e ao diálogo com a alteridade, capaz de provocar ‘aversão’ em casos extremos, e que pode ser influenciada estrategicamente por meio do uso e da apropriação dos meios técnicos e financeiros que permitam um grau de ação e controle mais elevados.

Eleições e ação social do voto

Valemos-nos aqui da concepção de Durkheim sobre sagrado e profano, trazida por Weiss para aplicação ao contexto das eleições brasileiras de 2018. Na sociologia, debate-se a utilização dos aportes teóricos desenvolvidos por clássicos como Durkheim e Weber aplicados a contextos atuais. A este respeito, a autora atentamente ressalta:

[...] toda teoria é também um texto e, assim como nas criações literárias, o texto comporta um sentido que escapa à intencionalidade consciente de seu autor. A teoria não é, portanto, o resultado direto daquilo que foi pensado por seu autor, ela goza de autonomia, e seu valor para a sociologia contemporânea seria proveniente de nossa capacidade de interpretá-las, supondo uma leitura a partir de nossas próprias inquietações. Trocando em miúdos, a verdadeira importância de uma teoria residiria naquilo que ela é capaz de dizer a seu intérprete. (Weiss et al, 2018, p. 300)

Trata-se, portanto, de afirmar a visão teórica (*theorein*, gr.: *visão*) como uma possibilidade de reflexão da realidade social, de modo a revelar um aspecto mais aguçado entre as variadas significações que um fenômeno pode assumir a partir de perspectivas diferentes.

O processo de eleição presidencial pode ser considerado um dos principais momentos rituais de uma democracia, ao menos idealmente, no qual regras e processos determinam nossa relação coletiva na escolha do representante político de nosso sistema democrático. É também, contudo, conforme apontado por Weiss, um “momento de explicitação de diferenças, do refazimento de alianças, de colocar na cena pública pressupostos tácitos e mesmo de condensar em jargões ou palavras de ordem valores que no cotidiano ordinário permanecem dispersos e desimportantes”. No pensamento durkheimiano, as *categorias* estruturam a forma como percebemos o mundo como enquadramentos que nos fazem perceber e mediam a apreensão da realidade em um caráter sócio-histórico, como artifícios intelectuais construídos no interior de agrupamentos sociais a fim de organizar a comunicação simbólica e o intercâmbio representacional entre humanos.

São, portanto, representações coletivas, responsáveis pela organização das representações, e que podem ser concebidas para interpretação em seu modelo teórico como *sagradas* (*fastas* ou *nefastas*) ou *profanas*, ou seja, ordinárias, em oposição àquilo que é moralmente desejável ou socialmente reprimido como imoral, inicialmente mobilizados por pelo teórico para explicar a dinâmica da vida religiosa em coletividade. Em sociedades complexadas, marcadas por uma pluralidade de grupos em relação entre si, há também uma multiplicidade de núcleos, cada um com seus valores tornados sagrados. Aplicando-se esta chave teórica ao contexto das eleições, temos que:

[...] o processo eleitoral (é) como um momento de efervescência, e se considerarmos que as novas mídias e redes sociais viabilizam a produção de grandes coletividades virtuais orientadas a favor ou contra os candidatos em questão, podemos arriscar dizer que esse momento não apenas traduz crenças [...], mas tem a prerrogativa de reforçá-las ou, até mesmo, de criar crenças e novos sagrados. (Weiss et al, 2018, p. 312)

Para a autora, a partir da sociologia durkheimiana, tradicionalmente voltada à investigação dos fatos sociais, mobiliza-se o conceito de ação social da teoria weberiana para pensar a escolha do voto, apropriada uma vez que se trata de uma conduta humana subjetiva que é referida por outros atores, tida como uma “aproximação ainda rudimentar” (p. 314) para se construir uma tipologia do voto em quatro tipos ideais de ação. A premissa da ação social para Weber se divide em racionais, com relação a fins e valores, e não-rationais, que seriam afetivas ou tradicionais; generalizando-se as ações racionais são planejadas e justificadas pelos atores *a priori*, enquanto as ações afetivas e tradicionais só podem ser analisadas e reconstruídas *a posteriori*, uma vez não planejadas e justificadas pelos atores – noção já criticada por James Jasper como uma tentativa sistemática de compreensão do real em que escapa a dimensão subjetiva dos indivíduos, valorizando uma dicotomia entre racionalidade e emoções.

Incorporando-se essa tipologia primária à compreensão durkheimiana, porém, a autora propõe uma tipologia secundária que a incorpora, dividindo-se então não entre ações racionais e não-rationais, mas em ações com motivações profanas ou sagradas: o primeiro abrange as formas de ação categorizadas como ação racional com relação a fins e ações afetivas. Neste modelo, os votos tidos como racionais por conta de uma operação analítica em que se procura o melhor resultado para o indivíduo seriam oriundos de uma escolha *profana de tipo utilitário*; os influenciados pela tradição, como a obediência a um padrão ou autoridade, seriam vindos de uma escolha *profana de tipo heterônomo*, igualmente pragmáticos em seu tipo ideal; e os movidos por fatores de ordem emotiva, cuja escolha não remete a uma ordem moral ou estratégica, como *votos estritamente afetivos*, ainda situados na categoria do “profano”. Por fim, tem-se os votos de tipo “sagrado”, na qual a ação é orientada pela medida em que se é considerada pelo grupo e pelo sujeito que dele faz parte como algo fasto, “bom, justo e digno de respeito” (p. 321), ou nefasto, que ameaça seus valores – ambos em certa medida impassíveis de negociação, tanto o *voto por adesão a um ideal fasto* quanto o *voto por repulsa a um ideal nefasto*. No caso, este ideal é a categoria, ou ainda, tudo aquilo que o candidato representa, de tal modo que a ação contrária é tida de tal modo como irracional para o sujeito em questão.

Considerações finais

Este ensaio tratou de mobilizar um esforço inicial para a compreensão do momento político no qual a sociedade brasileira se insere, à luz dos aportes teóricos da sociologia clássica aplicados numa perspectiva contemporânea. Observa-se que o momento democrático em que se vive é contextualizado

num panorama social de profundas dissintonias com o sistema representativo no país, cujos efeitos de uma política desenvolvimentista exponencializada com a globalização acarretou desigualdades sociais que voltariam a ser canalizados nos protestos da última década, potencializados com a apropriação das novas tecnologias por dissidentes para a organização de demonstrações públicas e o engajamento político-social. No entanto, estes meios notam-se utilizados para a disseminação de conteúdo em grupos constituídos por uma homogeneidade ideológica, no qual a convicção de cada integrante reforça a dos demais, fator este que pode ter corroborado com a polarização apresentada na disputa eleitoral.

Ressalta-se que, conforme exposto pela autora, a tipologia apresentada para o voto por motivos profanos (utilitários, heterônomos ou emocionais) ou sagrados (fastos ou nefastos) não tem intuito de ser exaustiva ou definitiva, mas sim um esforço inicial para a elucidação de aspectos observados nas relações sociais durante o processo eleitoral. A partir destes conceitos, tornou-se possível mobilizar conceitos do pensamento durkheimiano e, em certa medida, da teoria da ação weberiana a fim de se explicar parcialmente a intensa correlação emocional e crescente polarização política brasileira, potencializada pela apropriação dos canais virtuais de comunicação e informação e da aglutinação de comunidades a partir de aspectos similares, em oposição ao diferente e à alteridade.

Por fim, argumenta-se que esse fenômeno contemporâneo tem transformado radicalmente o modo de produção de representações coletivas na contemporaneidade, aqui expostos como categorias embasados, mas que certamente carecem de maior aprofundamento teórico e empírico a fim de se aguçar os limites do aporte teórico aplicado ao contexto brasileiro, ainda pouco explorado frente a passagem do tempo e à instantaneidade das mudanças observadas desde o começo da década. Espera-se, com este ensaio, promover o debate entre essas noções e o diálogo entre a teoria da ação e a sociologia de Durkheim, a fim de contribuir com a reflexão da sociedade brasileira no começo de 2020.

Referências

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. Revista Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. 2012. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. Sociologia & Antropologia, v.02, n.03, p. 21-41.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 1º ed., 2013.

DURKHEIM, E. As formas elementares de vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

LOSEKANN, C. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #Resistir, Resistir Até o Pedágio Cair!. In: Soraia Mendes da Rosa. (Org.). País mudo não muda! As manifestações de junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muro. 1ed.Brasília: IDP, 2014, v. 1, p. 26-38.

PEREIRA, Marcus Abílio. internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. Teoria & Sociedade, n. 18, 2, jul-dez., 2010, p. 10-33.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). In: Opin. Publica vol.25 no.1 Campinas Jan./Apr. 2019. Epub: May 16, 2019.

THERBORN, Göran. Globalização e Desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. Sociologias. Porto Alegre. ano. 3, n.6. jul/dez.2001, p.122-169.

WEISS, Raquel Andrade et al. Refrações morais e cognitivas: contribuições da sociologia durkheimiana para a compreensão das eleições presidenciais brasileiras de 2018. INTER-LEGERE. Natal, v. 2, n. 24, jan/abr, 2019. ISSN 1982-1662.